ATA DA 135ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AMERIPREV REALIZADA NO DIA 06/04/2017

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, no Auditório Villa Americana, sito à Avenida Brasil, 85, Centro, Americana, São Paulo, às 9 horas, reuniram-se para a 135ª reunião ordinária do Conselho de Administração, os conselheiros Anderson Natel Ferreira, Maria Janete Pasqualetto, Everton Martins de Lima, Maria Socorro de Carvalho, Nilza Regina Cordeiro Galluci, Daniela Aparecida Alves, Tatiane Pereira Apostólico, Ordival Olivatto e José Edson Siqueira de Oliveira. O presidente Anderson verificando que havia número suficiente de conselheiros para dar início aos trabalhos fez a abertura da reunião, convidando a mim, Maria Janete Pasqualetto, secretária do Conselho, para compormos a mesa. O presidente informou as ausências da conselheira Cintia Lazara Bonon que comunicou previamente o não comparecimento ao presidente, em razão de não conseguir se ausentar. Para suprir a ausência compareceu o conselheiro suplente José Edson Siqueira de Oliveira. Antes de dar início à pauta o presidente informou aos conselheiros sua participação em uma reunião chamada pelo Superintendente do Ameriprev e os Secretários de Negócios Jurídicos e de Fazenda, na data de 27/03/2017, com a presença também do presidente do Conselho Fiscal. Na reunião foi abordada a preocupação com a situação financeira do Instituto e do Município e a intenção por parte da Prefeitura de apresentar um plano de recuperação para o Ameriprev; também informou que, como membro do Comitê de Investimentos, tem se reunido mensalmente com os demais membros, tendo acontecido a última reunião em 29/03/2017. Informou que nas reuniões realizadas o Comitê tem seguido os percentuais de alocação de recursos aprovada na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho. E citou, como exemplo, a aplicação recente de R$ 1 milhão em fundo de ações do Banco do Brasil, dentro do limite de 5% estabelecido pela Política de Investimentos. Em seguida, dando início à pauta, o

presidente passou às mãos dos conselheiros para ciência o processo administrativo 212/2016, protocolado no Ameriprev. Trata-se de processo de concessão de aposentadoria que contem elementos que justificam o indeferimento do pedido, conforme parecer jurídico anexo ao referido processo. Após tomarem conhecimento do processo o presidente solicitou a manifestação dos conselheiros, tendo recebida a confirmação da ciência de todos os conselheiros presentes. Na sequência foi colocada em discussão a proposta do Plano Plurianual do Quadriênio 2018 a 2021 encaminhada pela Diretoria Executiva através do Ofício GAB. SUP nº 042-20170224. O presidente lembrou aos presentes que, em reunião anterior presidida pelo vice-presidente Everton Martins de Lima, na data de 09/03/2017, a Diretoria Executiva se fez presente e explanou detalhadamente a proposta; posteriormente, na reunião do dia 23/03/2017, que, dada a ausência de quórum mínimo, não teve caráter de reunião ordinária, o Secretário Municipal Ricardo Lopes Fernandes, da Fazenda, e o Secretário Municipal Cláudio Rodrigues Amarante, do Planejamento, expuseram sobre as dificuldades financeiras do Município e indicaram que o PPA elaborado pelo Instituto pode sofrer alterações se o Conselho entender necessário. Feitas essas colocações o presidente deixou a palavra aberta aos conselheiros para as suas considerações, antes destacou que recebeu por email o convite para participar da audiência pública do dia 18/04/2017, na qual as Secretarias de Fazenda e de Planejamento apresentarão os projetos de lei do Plano Plurianual do Município para o período de 2018/20121 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018. Convite esse que será repassado ao futuro presidente do Conselho de Administração, posto que a presente reunião ordinária é a última com a atual composição do Conselho de Administração. Com a palavra o conselheiro Everton Martins de Lima destacou que faz apenas a ressalva de que deveria constar tanto do PPA do Instituto o crédito orçamentário contemplado na reavaliação atuarial estabelecida recentemente na Lei nº 6.005/2017. Após as considerações dos demais conselheiros foi colocada em votação a proposta do Plano Plurianual apresentada pela Diretoria Executiva. A

proposta foi aprovada por todos os conselheiros presentes, com a ressalva de que sejam contemplados os resultados da reavaliação atuarial fixada na Lei nº 6.005/2017. Em seguida o presidente solicitou a mim, Maria Janete Pasqualeto, que fizesse a leitura do Ofício do Conselho Fiscal nº 023/2017, no qual o Presidente daquele Conselho informa a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2016 e solicita que seja comunicada a ausência de repasses à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, com o encaminhamento de planilhas dos débitos de 2016 e exercícios anteriores. O conselheiro Everton questionou se o ofício fazia referência a alguma ressalva. Nesse quesito, o presidente Anderson, informou que tanto do ofício encaminhado, como da cópia da Ata anexada, não havia indicação de ressalva, apenas a solicitação de encaminhamento das informações de ausência de repasses. A conselheira Tatiane Pereira Apostólico lembrou que o Tribunal de Contas efetuou a fiscalização quanto ao exercício de 2015 e que, possivelmente, retornará em 2017 para verificar o exercício seguinte. O conselheiro Everton Martins de Lima insistiu que o ideal seria o conselho fiscal aprovar o balancete com ressalvas e detalhar a solicitação. O conselheiro Ordival Olivatto tomou a palavra e observou que, se o Conselho Fiscal solicitava que as informações fossem acompanhadas de planilhas de débitos, primeiro seria necessário ter em mãos essas planilhas para se fazer o encaminhamento. O presidente ponderou que, por não ter sido possível deliberar na reunião anterior, já não havia tempo hábil para solicitar essas planilhas para que a atual gestão do Conselho de Administração desse andamento á solicitação. Sugeriu então que fosse encaminhado ofício à Diretoria Executiva para que fossem tomadas as providências indicadas pelo Conselho de Administração. Após as discussões os conselheiros entenderam que, se a Prefeitura tinha mesmo a intenção de apresentar um plano de recuperação para o Instituto, conforme informado, poderia ser o caso de dirigir as informações sobre a ausência de repasses apenas ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, além de dirigir ofício ao Gabinete do Prefeito solicitando a regularização dos repasses. Ainda

foram propostas outras providências dirigidas à Diretoria Executiva, informar ao Juízo o não cumprimento das parcelas do acordo de parcelamento de débitos até junho/2015; requerer ao Juízo a continuidade da execução e a retenção de recursos autorizada pelo acordo de parcelamento; realizar a execução judicial dos valores não pagos do acordo de parcelamento envolvendo débitos até dezembro/2015 e inscrever em dívida e executar os valores não repassados ao AMERIPREV no período de janeiro a dezembro de 2016. Após as discussões e detalhadas as propostas, os conselheiros decidiram aprovar, de forma unânime, todas as providências, as quais serão encaminhadas pelo Presidente em dois ofícios a serem enviados à Diretoria Executiva. Não havendo outras questões a tratar, nem quem mais quisesse fazer uso da palavra, o presidente agradeceu a todos os presentes e determinou o encerramento dessa última reunião ordinária do Conselho de Administração, gestão 2015/2017. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada por todos os conselheiros presentes.

1. Anderson Natel Ferreira _____

2. Maria Janete Pasqualetto _____

3. Everton Martins de Lima _____

4. Nilza Regina Cordeiro Galluci _____

5. Maria Socorro de Carvalho _____

6. Daniela Aparecida Alves _____

7. Tatiane Pereira Apostólico _____

8. Ordival Olivatto _____

9. José Edson Siqueira de Oliveira _____